

DESPACHO Nº 86-PR/2022

Considerando:

- O teor do meu despacho n.º 80-PR/2022, em vigor com efeitos a 23 de agosto de 2022, enquanto se mantiver a respetiva comissão de serviço e concretamente, as atribuições e competências cometidas ao Departamento de Obras Municipais e Urbanismo;
- As competências do pessoal dirigente definidas pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as subsequentes alterações e pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procedeu à adaptação do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, à administração local;

Considerando, ainda, o disposto no artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do disposto nos artigos 44.º, 47.º, 48.º e 49.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prescindir das competências próprias previstas no n.º 1 do artigo 8.º da atual redação da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e o artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, **delego na Diretora do Departamento de Obras Municipais e Urbanismo, Isabel de Jesus Maurício Quinteiro**, as seguintes competências:

1. Executar as deliberações da Câmara Municipal e dar cumprimento às deliberações da Assembleia Municipal, inerentes às funções que me foram atribuídas e que se inserem no âmbito do Departamento de Obras Municipais e Urbanismo (DOMU);
2. Coordenar a atividade de natureza administrativa das áreas respeitantes às funções atribuídas;
3. Conceder licenças policiais ou fiscais, nos termos da lei, regulamentos e posturas;
4. Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade do município, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas;
5. Assinar a correspondência ou o expediente necessário à mera instrução dos

PRESIDÊNCIA

processos, veiculando consultas decorrentes de imposição legal e normalmente inseridas na tramitação dos processos, bem como solicitar elementos indispensáveis ao andamento e à conclusão de tais processos, no âmbito do DOMU;

6. Superintender na gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços por si coordenados;
7. Justificar as faltas dos trabalhadores afetos aos serviços por si coordenados;
8. Propor a prestação de trabalho extraordinário, dos trabalhadores afetos aos serviços por si coordenados, nos termos legais;
9. Propor os regimes e modalidades de prestação de trabalho e respetivos horários, dos trabalhadores afetos aos serviços por si coordenados, de acordo com o previsto na lei e no regulamento municipal em causa;
10. Promover a divulgação no Diário da República, em Boletim Municipal, ou em Edital, das decisões ou deliberações previstas no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
11. Subscrever Editais/Ordens de Serviço sobre matérias no âmbito do respetivo Departamento;
12. Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade, designadamente livros de obra;
13. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
14. Autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa;
15. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativos a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;
16. Emitir alvarás exigidos por lei na sequência da decisão ou deliberação que confirmam esse direito;
17. Conceder licenças de ocupação da via pública por motivo de obras;
18. Autorizar a renovação de licenças que dependa unicamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados;

PRESIDÊNCIA

19. Dar cumprimento a deliberações, despachos ou resoluções referentes a requerimentos, petições e exposições;
20. Assinar notificações ou mandados de notificação, precedidos do competente despacho ou deliberação;
21. Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante;
22. Exercer as demais competências próprias previstas no Estatuto do Pessoal Dirigente, em correlação com as atribuições orgânicas do DOMU ou que lhe sejam conferidas por meu despacho, por lei ou por deliberação da Câmara Municipal.

Nos termos do artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, o delegado deve mencionar essa qualidade em todos os atos administrativos em que faça uso dos poderes conferidos no presente despacho.

Ficam revogados os anteriores atos praticados neste domínio, com salvaguarda de todos os atos administrativos praticados e os seus efeitos, no âmbito dos poderes ora delegados.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data, inclusive.

Cumpra-se. Divulgue-se.

Paços do Município de Montemor-o-Velho, 23 de agosto de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal,



Emílio Augusto Ferreira Torção